

Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior

Amurabi Oliveira¹

Keo Silva²

RESUMO

O tema das identidades trans* tem ganhado cada vez mais visibilidade, não apenas no debate acadêmico, como também em outros espaços de discussão. Apesar da crescente presença de pessoas trans* no ensino superior, as pesquisas nesta área ainda são incipientes. Visando contribuir para este campo, neste artigo analisaremos através do método biográfico a experiência de pessoas trans* no ensino superior, focando nas estratégias utilizadas por elas para sua permanência. Ganha destaque a relevância do reconhecimento do nome social pela instituição de ensino, ainda que as experiências narradas transpareçam alguns dos limites dessa política.

Palavras-chave: Pessoas Trans*. Gênero e educação. Ensino superior.

Between inclusion policies and strategies: the experiences of trans* people in higher education

ABSTRACT

The issue of trans* identities has gained increasing visibility, not only in the academic debate, but also in other spaces of discussion. Despite the growing presence of trans* people in higher education, researches in this area are still incipient. In order to contribute to this field, in this article we will analyze through the biographical method the experience of trans* people in higher education, focusing on the strategies used by them for their permanence. The importance of recognition of the

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Educação. Pesquisador do CNPq. E-mail: amurabi_cs@hotmail.com.

2 Bacharel em Ciências Sociais e mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: keo.ech@gmail.com

social name by the educational institution is highlighted, although the experiences narrated transpire some of the limits of this policy.

Keywords: Trans people*. Gender and education. Higher education.

Entre las políticas de inclusión y las estrategias: las experiencias de personas trans* en la enseñanza superior

RESUMEN

El tema de las identidades trans* ha tenido cada vez más visibilidad, no solamente en el debate académico, sino también en otros espacios de discusión. Pese a la creciente presencia de personas trans* en la enseñanza superior, las investigaciones en dicha área aún son incipientes. Con el objetivo de contribuir con este tema, en este artículo analizaremos a través del método biográfico la experiencia de personas trans* en la enseñanza superior, enfocando en las estrategias utilizadas por dichas personas para su permanencia en la universidad. Además, se destaca la relevancia del reconocimiento del nombre social por la institución educativa, aunque las experiencias narradas trasparezcan algunos de los límites de esa política.

Palabras clave: Personas trans*. Género y educación. Enseñanza superior.

Introdução

O tema das transidentidades ou identidades trans* tem sido cada vez mais visível nas mídias³, nas políticas públicas e no debate acadêmico, o que tem sido acompanhado da conquista de mais espaços e reivindicação de direitos por parte do movimento trans*, contudo pouco se problematiza de que maneira se materializam essas vivências efetivamente.

Os dados aqui apresentados resultam de uma pesquisa realizada junto a uma Universidade Pública Federal localizada no Sul do Brasil⁴, na qual se buscou conjugar a temática das identidades trans* com a

3 Ver por exemplo a recente série Quem sou eu? Veiculada no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>> Acesso em 25 de junho de 2017.

4 A omissão do nome da instituição visa garantir ao máximo o direito de anonimato das

questão do espaço escolar/universitário. Ressalta-se aqui a importância das representações e narrativas sobre transidentidades na universidade, especialmente em um contexto de crescimento, mesmo que lentamente, do número de pessoas trans* que acessam a universidade.

Soma-se a isso algo que vem sendo amplamente debatido na literatura que discute a interface entre gênero, sexualidade e educação, que tem a ver com o impacto das violências sofridas que têm por base as identidades de gênero e a orientação sexual no desempenho escolar. Como nos elucida Bento (2011, p. 558): “A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é ‘diferente’”.

Por um largo período a questão central no campo da Sociologia da Educação para compreender o “sucesso” e o “fracasso” escolar foi a origem social, especialmente a partir da categoria de classe, compreendida inicialmente no sentido mais estritamente econômico, e posteriormente pensada também em termos culturais (NOGUEIRA, 1990). Outros marcadores de diferença ganham, no entanto, visibilidade, tais como raça e gênero, que se colocam como relevantes para a compreensão dos processos de exclusão vivenciados nas instituições de ensino.

Na presente pesquisa utilizaremos para os fins almejados o método biográfico, que como nos indica Belmira Bueno (2002), possibilita-nos o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos na vida dos atores sociais. Deste modo, sua proposta de utilizar a biografia ganha espaço como método, não só no campo da educação, mas também adquire maior ênfase nas ciências sociais de maneira geral.

No campo da sociologia, o método biográfico e autobiográfico rompe com antigos paradigmas e destaca a emergência de novos objetos de estudos e novas formas de investigação em seu campo. O que Bueno (2002) ressalta é que ao tentar romper com os métodos padronizados de investigação, os novos métodos sociológicos passam a sofrer severas dificuldades, incluindo as de ordem interna, que são em parte ditadas pela própria insegurança gerada por suas ousadias. (BUENO, 2002, p. 16). É possível observar que, no que diz respeito às novas propostas, sempre é possível captar um saudosismo que tende a ajustar os novos métodos às exigências do modelo positivista.

peessoas envolvidas na pesquisa.

Na pesquisa por nós desenvolvida, centraremos nossa análise na trajetória de uma aluna e de um aluno trans*, denominados aqui de Maria e João. Longe de buscar realizar amplas generalizações, ou mesmo exaurir o tema, almeja-se aqui refletir sobre as experiências sociais vivenciadas por estas pessoas no contexto universitário, compreendendo-se aqui a ideia de que a experiência é capaz de dar sentido às práticas (DUBET, 1994). A ênfase de nossa análise recai sobre as narrativas de nossos sujeitos de pesquisa, buscando com isso visibilizar os processos por vezes violentos e contraditórios que envolvem a inserção de pessoas trans* nas universidades.

Nosso ponto de partida

A ideia inicial da pesquisa consiste em elaborar entrevistas com alunos e alunas trans* que entraram na universidade e que, de alguma forma, criaram ferramentas para existir no espaço de ensino. Ainda que o intuito fosse realizar mais entrevistas, na medida em que o mapeamento de possíveis interlocutores foi ocorrendo, deparamo-nos com alguns limites, como o fato de que alguns dos possíveis interlocutores haviam deixado a universidade, elucidando os dados apontados por Benice Bento (2011), a respeito das vivências trans* serem marcadas em sua maioria pela evasão escolar. Ainda que o tema da evasão de pessoas trans* das instituições de ensino nos chame a atenção, foge do escopo desta pesquisa adentrar nesta questão,

Para pensar essa trajetória a partir das narrativas dos próprios sujeitos/as, é necessário considerar o contexto histórico e social onde estão inseridas essas experiências, visando contribuir para as discussões sobre a temática a partir de um prisma social, sem reduzir a experiência trans* a uma perspectiva biologicista e patologizante. Nesse sentido também é importante ressaltar que essa análise não tem pretensões de inferir verdades, objetividades absolutas. Distante disso, pretende-se desenvolver uma análise que parte de um olhar periférico, sem cair em romantizações de tal ponto de vista. É importante considerar que uma perspectiva vista da margem é problemática e nem sempre fácil de ser aprendida, como afirma Dona Haraway (1995). Essa perspectiva não é inocente. Ao contrário, muitas vezes é utilizada justamente por diminuir a possibilidade de negação das análises objetivas, pois parte da experiência. Experiências que são negadas através da repressão, do

esquecimento e de atos de desaparecimento. Nesse sentido, é interessante o posicionamento de Donna Haraway, sobre desenvolver políticas e epistemologias de alocação e posicionamento, nas quais a parcialidade seja a condição da construção do conhecimento e não a universalidade. Um conhecimento sobre a vida das pessoas, constituindo a visão a partir de um corpo, que é complexo, contraditório, estruturante e estruturado e que se contrapõe à visão hegemônica, onipresente e simplista.

O que é possível observar sobre as potências das narrativas autobiográficas e biográficas dentro das vivências trans* é que a visibilidade das trajetórias tende a possibilitar o empoderamento de novos caminhos e vivências. Novos sujeitos emergem e se fortalecem a partir das narrativas. A potência de identificação criada nas narrativas torna-se relevante no que tange a construção de uma identidade coletiva que vai ganhando cor, voz e espaço nos contextos sociais. O que desemboca na construção de uma rede que marca um momento histórico e político. O ingresso e a permanência no ensino superior destas pessoas é imbuído de significado político e simbólico, demarcando um fato sociopolítico que confronta diretamente com os discursos conservadores presentes na sociedade e que caracterizam o cenário político atual do país.

Maria

A narrativa de nossa primeira interlocutora, Maria, não apresenta o desfecho de evasão, como ocorre em tantos casos, no entanto, demarca que sua vivência foi atravessada por diversas violências. Ela concluiu o Ensino Médio em uma instituição privada de ensino em outro município, tendo se graduado recentemente e neste momento cursa pós-graduação (mestrado). Quando questionada sobre o reconhecimento da sua identidade durante o ensino escolar regular ela afirma que

Era uma identidade que era o tempo todo corrigida. Sempre tinha alguém que sabia meu nome de registro, ou que convivia há mais tempo comigo e daí já corrigia quem me conhecia há pouco tempo, ou por exemplo, se chegava um professor ACT, que não estava ali há muito tempo na escola, me tratava no feminino daí eles corrigiam: “não é uma menina, é um menino”, então as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental foi marcada por isso né, por essas correções. Já no colegial foi quando eu comecei a me po-

sicionar né, como pessoa Trans, como mulher Trans. Mas não tinha a minha mulheridade respeitada porque não tinha Nome Social né, não tinha essa política na escola e também não tinha o debate de gênero na escola, então eu também fui bastante violentada no Ensino Médio.

Em sua narrativa transparecem elementos presentes na trajetória de tantas outras pessoas trans*, especialmente quando nos referimos ao espaço escolar. Ressalta-se que a questão da violência está sendo pensada aqui não apenas em termos físicos, como também simbólico. Como bem ressalta Luma Andrade (2015), a questão do reconhecimento desta identidade para as pessoas trans* é algo fundamental, e a negação deste aspecto constitui-se uma profunda violência para estes sujeitos. Ao ser questionada se houve alguém ou situações em que houve o reconhecimento de sua identidade na época da escola, ela responde:

Eu nunca tive um comportamento de uma pessoa problemática, de uma pessoa depressiva, eu sempre fui muito popular, metida, eu sempre estava no meio de tudo, sempre fui a aluna mais inteligente, me colocavam nessa posição de mais inteligente, porque eu sempre sentava na frente, estudava muito, decorava os textos, chegava nas aulas com tudo decoradinho, porque eu sofri muita violência, então eu senti essa necessidade de me destacar de alguma forma, então assim... Tinham pessoas que respeitavam sim, os meus amigos mais próximos, teve uma vez que uma professora de História, ela não me conhecia, e daí ela chegou a primeira vez pra me dar aula e daí ela me tratava sempre no feminino, porque ela não tinha feito chamada ainda né, e daí no terceiro dia de aula, eu acho, ela veio conversar comigo, perguntar como que eu queria ser tratada né, (que agora eu lembrei disso, bem interessante), veio perguntar pra mim como que eu queria ser tratada, e naquela época eu estava tão na comodidade, tão acostumada a ser violentada, que eu não sabia o que dizer pra ela, porque eu não tinha segurança da minha mulheridade, eu era muito jovem, então eu disse pra ela: “pode me tratar da forma que você achar melhor”, e daí depois disso ela só começou a me tratar no masculino, mas eu lembro desse episódio do dia que ela me chamou no canto assim né, e perguntou como que eu queria ser tratada. Isso foi uma atitude vindo dela, não foi uma coisa que eu pedi ou que eu fui atrás. Mas daí como eu falei

pra ela que ela podia me tratar da forma que ela quisesse, então ela se sentia no direito de me tratar pelo nome que estava no papel né.

Observa-se em sua fala a importância da subjetividade como ferramenta para produção de novos conhecimentos. É possível observar igualmente que a subjetividade de Maria é atravessada por violências bem estruturadas. Violências que não fizeram com que ela abandonasse os estudos, mas ficaram marcadas em seu caminho, constituindo fragmentos da sua subjetividade. É necessário levar em conta que esse é o período em que Maria estava na escola. Ela narra que, apesar das violências, sempre teve apoio da mãe, que, segundo ela, foi o principal incentivo para entrar na universidade. Neste sentido, aponto que a criação de vínculos parece uma estratégia viável para permanecer no ambiente institucional. Na narrativa acima, Maria já lidava com questões relacionadas à sua identidade na época da escola e a falta de reconhecimento lhe causava dúvidas sobre marcar seu lugar como pessoa trans*. Ao mesmo tempo, Maria criava estratégias para estar naquele lugar, como ela bem lembra:

O uso de banheiro eu evitava muito, eu não ia e quando eu ia eu não ia no intervalo, eu ia sempre no horário da aula, que era proibido ir no horário da aula, a gente tinha que ir sempre no intervalo mas eu sempre passava conversa em algum professora pra ir no horário da aula, que eu estava muito apurada, porque eu sabia que no horário da aula não ia ter uma movimentação muito grande no banheiro. Mas tipo, teve momentos em que eu chegava em casa com a bexiga cheia, de correr direto pro banheiro. Mas assim, a maior linha de fuga que eu criei dentro da escola foi a de ser uma aluna exemplar, no sentido intelectual. Sempre estudei muito, sempre me destaquei, quando tinha gincana de conhecimentos gerais na escola eu sempre estava em primeiro e segundo lugar, hoje, analisando de fora eu vejo que era uma bobagem tremenda eu ter que me submeter a isso pra poder de uma certa forma, ali, me entrosar com a turma né. E eu lembro que as violências eram amenizadas quando tinha que fazer trabalho em grupo, porque eu era violentada, mas se tinha trabalho em grupo todo mundo queria fazer comigo. Então eu percebia que aquela violência não era tão cotidiana por isso. Quando eu servia pra alguma coisa eles estavam ali do meu lado.

Tema bastante recorrente nas narrativas trans*, as questões relacionadas ao uso dos banheiros ganham espaço para serem repensadas. Para além de um lugar para satisfazer as necessidades fisiológicas, o banheiro pode ser analisado como tecnologia de gênero, no sentido que ao adentrar a porta do banheiro o sujeito se define como homem ou mulher, é necessário ressaltar que essa separação estrutural e arquitetônica não está descolada do alinhamento entre sexo biológico e gênero, Dessa forma coloca a margem os sujeitos e sujeitas que não correspondem aos padrões normativos de gênero e sexo. Como bem indica Elizabete Franco Cruz (2011), não deveríamos subestimar os possíveis impactos desta questão na constituição dos sujeitos, considerando-se que esta violência simbólica aparece disfarçada de episódio cotidiano sem maior importância, porém é no cotidiano das relações instituições que se produzem subjetividades e realidades.

Outras estratégias também são apontadas para a permanência na escola. Ela diz que se colocar como melhor aluna foi uma maneira que desenvolveu para se sentir pertencente àquele ambiente, revertendo a intolerância em reconhecimento. Notadamente as possibilidades objetivas postas à realidade de Maria não são as mesmas encontradas por outras pessoas trans*, considerando-se especialmente a categoria denominada por Bourdieu e Passeron (2008) de “juízo professoral”, que aponta para o fato de que as avaliações docentes operacionalizam recorrentemente a partir de outros elementos que não se situam apenas no “mérito acadêmico”, compreendido aqui também como construção social.

Já sobre sua trajetória na universidade, ela afirma que houve uma mudança, no sentido em que seu ingresso se deu já após seu reconhecimento como Maria, o que fortaleceu mais a sua identidade. Porém, aponta um momento que foi marcante logo no início do curso:

E por eu ter entrado como Maria, eu acredito que isso não poderia ser questionada né, porque uma vez que eu estou me apresentando como Maria ninguém tem o direito de questionar se eu sou Maria ou se eu sou João, se eu sou José ou se eu sou Helena. É Maria e ponto. Mas aconteceu uma situação quando eu entrei na Universidade, que eu lembro até hoje, foi a situação que mais me marcou. De um professor fazer a chamada, e chamar o nome de registro e naquele momento eu não sabia que o meu nome de registro estava lá

porque quando eu fui no DAE⁵, eu pensei que o nome já havia sido incluído imediatamente e daí foi nessa aula que eu tive uma surpresa que o nome não tinha sido incluído no primeiro semestre, ia ser incluído só no posterior. E daí eu fiquei perdida né, fiquei assim... E daí na hora que chamou o nome, foi automático, eu me manifestei, e daí todo mundo que estava perto de mim percebeu que houve uma manifestação e que aquela pessoa era eu. Daí uma aluna chegou no final da aula e falou assim pra mim: "Ah, eu posso te tratar pelo teu outro nome? Porque a minha mãe se chama Maria e ela está muito doente e toda vez que eu lhe chamar de Maria eu vou lembrar da minha mãe doente", é óbvio que aquilo lá era só uma desculpa pra não me respeitar né! Eu fiquei tão pra baixo naquele momento, porque imagina, primeira semana de aula, segunda semana de aula, sei lá. A pessoa já chega dessa forma na gente, te abordando dessa forma, eu fiquei tão sem reação, eu disse: "Ah, sei." e saí, fui embora. Então foi o que mais me marcou dentro da Universidade. Fora isso eu nunca tive problema em relação ao tratamento, fora esse caso isolado.

Ainda que se possa reconhecer que a experiência universitária demarca uma ruptura com aquilo que é vivenciado no sistema escolar (COULON, 2008), observa-se com a narrativa apresentada que algumas expressões da violência de gênero perduram neste outro ambiente. Nesse relato, Maria apresenta dois fatores importantes: o primeiro é de que por saber que havia uma resolução interna da instituição que a amparasse em termos de reconhecimento da sua identidade de gênero, ela acreditava que sua demanda seria aceita imediatamente, porém o que ela relata é que foi um processo demorado, que levou o tempo de um semestre e que essa demora gerou algumas situações de constrangimento em relação aos seus colegas no primeiro dia de aula. Ademais, deve-se também se problematizar os próprios limites postos por estes recursos jurídicos-institucionais, como bem nos elucida Freire (2016, p. 30):

Uma vez que estão inseridos em uma economia jurídico-moral que regula o "acesso aos direitos", o principal objetivo desses documentos é a produção da única figura legítima a pleitear as alterações do nome e do sexo no registro civil: um sujeito idôneo que, por ser portador de um transtorno, configura-se como

5 Departamento de Administração Escolar.

uma vítima que precisa e merece ter seu sofrimento aliviado. Afirmo que essa produção se faz por meio da constante negação de aspectos que remetem ao que é discursivamente fabricado como um espectro que ronda os processos de requalificação civil: a/o falsa/o transexual (Bento, 2006). É esse intento de configurar a pessoa “verdadeiramente transexual” que acarreta na constante eliminação e apagamento das múltiplas possibilidades de leitura e interpretação das experiências da transexualidade, assim como de uma série de outros marcadores sociais, tais como raça e classe.

Deve-se, é certo, dar relevo ao fato de que o reconhecimento do nome social partindo das instituições de ensino é algo bastante recente, no entanto, esse reconhecimento institucional pode ser compreendido também como uma legitimação de tal experiência. Maria também ressalta que sua luta por reconhecimento não é uma luta isolada:

Quando eu entrei, já tinha outras meninas envolvidas na resolução do Nome Social, tanto que comecei com o NIGS, então quem estava à frente da resolução era a Sofia, que é minha amiga hoje, era mais ela que estava mesmo se mexendo porque ela trabalhava no NIGS⁶, e ela que ajudou a criar toda a política do Nome Social, e quando eu entrei eu já era favorecida por essa política, eu não precisei fazer o que pra ter meu nome reconhecido, eu só fui no DAE, conversei com o Podestá⁷ que era o atual diretor, não sei se ainda é, e ele foi muito solícito né, muito educado e imediatamente ele disse que iria mudar, mas eu imaginei que essa mudança seria no primeiro semestre e aconteceu só no segundo, mas também não mexeu muito comigo porque quando eu entrei na Universidade, eu entrei meio, eu não era política né, eu entrei meio bobinha, não sabia das coisas, então pra mim estava tudo certo. Depois que eu comecei a entender de política, a entender que era um direito meu mesmo ser respeitada, aí eu comecei a brigar mais pelos meus direitos aqui dentro.

Dessa forma, é possível observar o processo de amadurecimento da interlocutora. Seu discurso ressalta a importância do sujeito estar

6 Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades.

7 Luis Carlos Podestá, diretor do DAE (Departamento de Assuntos Estudantis) da Universidade Federal de Santa Catarina.

inserido em uma rede de apoio e aprendizado político da sua experiência, ou seja, da necessidade de um empoderamento para permanecer dentro da instituição. Ao indagar sobre as estratégias que cunhou para permanecer na universidade, Maria diz:

Olha, estratégia, como a Luma diz né, as linhas de fuga que eu encontrei dentro da Universidade foi me politizar. Porque quando eu entrei aqui eu imaginava que era uma outra coisa, quando tinha 16, 17 anos, eu pensava que a Universidade Federal era popular, era o povo, tinha povão, e por conta disso eu ia me dar bem aqui dentro. Quando eu entrei aqui eu vi que era totalmente diferente, que era uma briga de gente grande, e que eu precisava da política aqui dentro pra sobreviver. Até porque eu poderia muito bem ficar quieta em relação à minha travestilidade, calar a minha boca né, a Maria, todo mundo conhece a Maria, é mulher e ponto. Ninguém sabe o que eu tenho no meio das pernas, mas pra mim sempre foi muito importante me apresentar como Travesti, ou como mulher Trans, na época que eu me identificava como mulher Trans. Me posicionava né, porque eu não gosto muito dessa coisa de me identificava. Então essa foi uma estratégia, me politizar, porque eu sempre fui muito agressiva, eu sempre me posicionei mas eu não tinha os argumentos certos, esse era o meu problema, eu ficava transtornada sem razão nenhuma, e daí eu percebi, “não, eu tenho que parar, pensar, estudar e me politizar”, daí foi quando eu comecei a entrar, tive mais contato com o NIGS, com a Miriam⁸, com a Sofia, que me ajudou muito aqui dentro e eu tinha como uma inspiração pra mim, política, mas essa foi a estratégia principal, me politizar e entrar de cabeça na militância né, defender aquilo que eu acredito.

É possível observar que Maria passou por um processo de politização de seu discurso e de sua vivência como estratégia de sobrevivência e permanência na universidade. Ao perguntar se fazia parte de algum movimento social, ela responde:

Não, porque eu não sou partidária, não gosto de estar metida em coletivo, eu acho que a gente tem que militar pela nossa classe, a gente tem que se unir, mas por ser feminista eu tenho um discurso muito defen-

8 Miriam Pillar Grossi, coordenadora do NIGS.

dendo as mulheres, sempre priorizando as mulheres o tempo todo, então homens pra mim são secundários em qualquer movimento, em qualquer luta, mas não sou partidária, não tenho nenhum partido, já me convidaram pra participar do PSTU, pra participar do JCA⁹ e outros partidos aí, eu recusei porque não me interessa, porque são todos partidos machistas, dizem ser inclusivos e dizem empoderar as mulheres mas só tem macho falando, então eu me recuso a participar de um movimento que minta pras pessoas, e coletivo feminista eu não vou porque como eu sou prostituta e Travesti, as vertentes, elas não me acolhem, a maioria das vertentes não me acolhe, porque eu defendo posicionamentos bem marcados, bem firmes, então eu não participo e não gosto ,prefiro evitar né.

Mesmo não militando em movimentos sociais no sentido tradicional do termo, Maria elabora um discurso político crítico e elaborado, “bem firme” como ela mesma diz. Apresenta-se assim como uma ‘sujeita’ empoderada que se posiciona e situa seu lugar de fala. Já no fim da entrevista, ao ser indagada sobre acolhimento dentro da universidade e ela responde:

Olha, porque assim, é importante deixar claro que eu estou falando da minha vivência, mas eu sei de outras meninas Trans que sofrem muito aqui dentro, até por conta da passibilidade, começaram a transição dentro da Universidade, daí tem toda aquela coisa de ter um período longo te tratando no masculino e dai PUM!, tu aparece se posicionando como mulher, estas sofrem bastante e outra, eu estou trazendo uma realidade do CED e do CFH, eu não estou trazendo uma realidade do CCS, do CTC, não sei como é lá mas né, já estudei lá mas não sei como é que é esse tratamento dos professores, eu fiz disciplinas com a Olga lá, não conheci outros professores, então é uma realidade muito particular né, mas acredito que a UFSC não é tão acolhedora com a gente não, como parece ser né, tem a política de Nome Social? Tem. Mas tem porque a classe de pessoas Trans lutaram para que ela existisse, porque se dependesse da Universidade não teria, foi uma briga muito longa, tanto é que a nossa resolução hoje é a melhor do país, eu até participei da última mudança que teve e dei algumas opiniões e tudo mais, mas assim, eu acredito que a UFSC não

9 Juventude Comunista Avançando.

é tão acolhedora com pessoas Trans e a gente percebe, até pela questão da permanência né, do cuidado que às vezes não existe com a gente, de uma reclamação que a gente faz na Ouvidoria e não é atendida ou quando a gente vai pedir bolsa né, porque a gente está em uma situação vulnerável, e aí não somos atendidas, então eu acho que não tem esse acolhimento todo que aparenta ter.

A narrativa de Maria demonstra a realidade acerca dos embates das trajetórias trans* na universidade, visto que esta ainda é um fenômeno relativamente novo. São perceptíveis entrelaçamentos entre uma trajetória singular e um discurso coletivo de representatividade, lembrando que esse discurso também coletivo parte de um lugar específico de sujeito situado em um contexto histórico e cultural.

João

Nossa segunda entrevista foi realizada com o aluno João, auto-declarado homem transgênero, estudante da universidade. A narrativa de João também foge do desfecho de evasão escolar, tendo ingressado na universidade após concluir o ensino médio regular em escola de ensino privado. O ingresso na vida universitária também se deu de forma conjunta com a experiência de migrar, mudando de cidade em busca de melhores oportunidades educacionais.

Então... eu tinha planos de me mudar... na verdade, e é uma faculdade que é pública, tem todo esse esquema e que me possibilitaria, tipo, querendo ou não, estudar em uma faculdade pública é muito caro se você vem de fora, então tinha muito essa questão assim também, porque se eu ficasse na minha cidade provavelmente eu teria que fazer uma escola privada, uma graduação privada, ou algo assim né.

Nesse ponto são dois fatores relevantes: a possibilidade de acesso ao ensino público superior e a migração da sua cidade para a capital do Estado por falta de acesso a ensino público superior em diversas áreas, situação que atravessa a vida de milhares de pessoas que vivem no interior. Em seu discurso, João apresenta que as questões de gênero e sexualidade sempre foram temas relevantes na sua vivência, e percebe

um discurso embasado já em categorias sociais a respeito da identidade de gênero, mostrando que sua vivência também está situada a partir de um pertencimento coletivo com outras pessoas e também individual, no diz respeito ao entendimento da sua identidade:

Então... é... uma data específica é bem difícil assim, porque pra mim a questão de gênero era uma coisa que sempre foi um problema, apesar de eu não saber que era isso que era o problema, assim, sempre só foi muito estranho existir dentro das categorias de gênero que, tipo, Cis binárias, que era... que eu sabia, e... quando eu tive contato com pessoas Trans foi quando eu comecei a espelhar isso e me entender né, também. Identificar esses processos tipo, parecidos com a minha vivência assim, e... eu tive que, vivi assim não sei quanto tempo, o tempo é muito difícil falar mas eu passei um tempo me identificando enquanto uma pessoa não-binária, simplesmente falava assim, então foi meio uma transição para a transição, meio que essa segunda transicionada depois que daí eu me entendi mesmo como um homem, com a peculiaridade de ser transgênero né.

Ainda no intuito de refletir sobre a construção da sua identidade, foi indagado sobre sua trajetória no ensino básico e também se houve alguma intervenção da própria escola em relação a sua identidade e /ou expressão de gênero na época:

Então, no colégio... é até bem interessante pensar assim, porque no ensino fundamental eu sempre me vesti assim. Desde quando eu que escolho as roupas que eu uso eu sempre usei roupas masculinas... e a minha mãe sempre foi total aberta a isso, apesar de não houver um questionamento qualquer disso e por outro lado a escola jogando pra um lado mais de patologização e de querer me medicalizar para não sei, entender isso como um transtorno, algo assim. Enfim... mas a minha mãe nunca concordou com isso, e sempre me apoiou, assim, nas questões de roupa. Só que quando eu tinha mais ou menos assim, uns quinze anos, que foi no segundo ano do Ensino Médio, eu tive um tempo assim de comprar roupas femininas, e eu me experimentei assim mas foi bem, assim, disfórico, eu ... não sei, não fazia muito sentido. Eu via que era tipo um personagem que não era quem eu era na real. Tipo, tá me monteí, vou ser. Isso aconteceu,

as pessoas pararam de... o que acontecia muito de, entre aspas, "me confundirem com um menino" parou de acontecer, aí as pessoas me viam como uma menina e inclusive assim, na questão mais afetiva também, porque eu sempre me identifiquei como bissexual e daí... e mesmo assim os caras não se atraíam muito, e nesse período eles se atraíram mais, nessa feminilidade, esse gênero assim, não sei... foi um período confuso, mas que logo assim fluiu também e daí eu já mudei meu guarda-roupa, fui num brechó, troquei um monte de coisa e tipo, até esse calção que eu estou usando foi desse rolê. [risos]

E não sei, tipo, me permiti novamente seguir como eu me sinto e não como uma expectativa de principalmente social.

[...]

Então, o que acontecia muito era que tipo, as meninas se interessarem por mim mas uma coisa muito "eu gosto de meninos mas você é a exceção porque você parece menino". Isso me questionava muito, porque ao mesmo tempo, tipo, que massa, mas tipo, era muito confuso e no primeiro ano eu tive uma relação super abusiva com uma menina cis, que ela tinha essa pira comigo do tipo "sou hétero mas...", sei lá, toda uma pira.

O que João descreve na sua trajetória transparece algo recorrente, que diz respeito à não compreensão acerca da diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo a constituição da identidade trans* como um processo, no qual a passagem da educação básica para o ensino superior tem uma profunda relevância. Quando indagado sobre a existência de uma boa relação entre ele e os colegas da escola:

Eu sempre andei com os meninos na escola, andar com as meninas foi uma coisa muito diferente, que foi acontecer quando eu fui mais velho, digamos... eu lembro assim, na época ainda era até a oitava série né, aí quando eu estava na sexta série eu comecei a andar com umas meninas da sétima e oitava séries e daí umas eram Bi já e eu entrei pra banda da escola também, que era um "rolezinho" que estendia da escola também, que também é aquele processo que a gente pensando em família, escola, rolê, trabalho... [..]Mas era bizarro quando os meninos queriam fazer as brincadeiras deles comigo, porque me machucava

daí. [...] É, e do nada te dar um soco! Esse foi um aspecto que sempre foi meio bizarro. Nossa eu lembro uma vez que um guri... era uma brincadeira que você fazia uma bolinha com a mão na perna e se você olhasse a pessoa podia te dar um soco!? sei lá né, criança. Aí eu caí na dele, aí ele me deu um soco que ficou semanas doendo. Uma pira, porque querendo ou não eu tinha uma vivência de uma pessoa compulsoriamente entendida como menina então eu não era treinado para ser forte, eu era sei lá...

Um cenário diverso é apontado quando se indaga sobre sua vivência na universidade, na qual ele nos indica que:

Maravilhoso. A secretária do curso nem me reconheceu. Ela falou: "ah, aluno novo!" [risos]. E é fundamental, eu acho que falta divulgação de informação sobre isso, porque parece que pode usar nome social na universidade desde 2013, ou seja, teoricamente, desde que eu entrei na Sociais eu poderia ter o nome já. Eu não teria que ter passado tudo o que eu passei, e agora esta super de "boas". Tanto que é meio isso, os professores... digamos, pras pessoas que tem uma passibilidade binária e os professores... não sei, é muito fluido porque essa é a real, na mente das pessoas que não têm informação de como as pessoas Trans são, elas acham que vão ver uma pessoa e vão identificar na hora e não é bem assim com algumas pessoas Trans. Eu acho que essa naturalização de que todo mundo é Cis e que a característica distinta é que a pessoa é Trans, é bem bizarro.

Observa-se que João passa a se autodeclarar transgênero durante a sua formação universitária, remetendo a uma experiência social distinta daquela vivenciada por Maria, que já ingressa no ensino superior se apresentando no gênero com o qual se identifica, mesmo sem ter obtido o nome social no primeiro semestre.

Ganha relevância a centralidade do reconhecimento institucional das identidades de gênero para estes sujeitos, o que possui um caráter afirmativo que reverbera na própria avaliação que ele realiza de sua permanência neste espaço. Nesta instituição, além de haver o reconhecimento do nome social de alunos e alunas transexuais/travestis/transgêneros desde 2013, a partir de 2015, em regulamentação própria, há a previsão para alunos e alunas trans* do uso do nome social no vestibular e nos registros acadêmicos.

Para João, o processo de reconhecimento da sua identidade na universidade foi marcado por certo desconhecimento das políticas internas a respeito do uso do nome social como ele aponta primeiramente:

É, então, primeiro teve essa cena que eu só fui saber do processo, que era superfácil, digamos assim, quatro anos depois. De poder... não sei, todo mundo que ia me explicar como era, parecia tão difícil que não me estimulava a querer ir, parecia superburocrático. E aí quando eu vim pra cá nesse semestre eu pensei: "tá, eu voltar então eu quero que seja diferente nessa questão" e fui atrás já preparado pra ter que encarar a burocracia e era um formulário que teoricamente teria que ter um específico lá mas era um formulário aleatório onde eu ia pedir pro Diretor dos cadastros estudantis pra que ele mudasse o meu cadastro por xis motivos. Aí eu peguei muito na questão de humilhação, de constrangimento, que isso me desestimula a continuar a faculdade e além disso faz eu levar pra casa o que eu passo ali né. E foi assim, em uma semana tava certo, aí o que foi mais chato foi pedir o tal do formulário, que daí a Secretária não sabia e ficou gritando na Secretaria: "formulário de gênero, formulário de gênero!"; nem sabia que era nome social e tinha um monte de gente, todo mundo ali, e eu que tive que falar: "nome social" e aí todo mundo já me olhou e "ah, ele tá pedindo é porque é Trans", aí todo mundo te olha, enfim, o constrangimento novamente que poderia ter sido evitado né só pela informação ou pelo cuidado né, porque pelo jeito elas sabiam o que era, não precisava ficar gritando pra todo mundo... enfim.

Sobre acontecimentos relacionados a algum impedimento ou barreira imposta na universidade por ser Trans, ele nos exemplificou as seguintes situações:

Eu não sei exatamente assim, porque no espaço da universidade as pessoas tentam, então elas vão tentar ao máximo ser cuidadosas, mas às vezes têm coisas que elas não conseguem fugir né. Mas eu acho que muito pouca coisa, sei lá, antes de ter o nome nos registros da faculdade, todo início de semestre eu ia lá pra pessoa que ia dar aula e: "Ow, muda aí o meu nome, porque não tá como eu me identifico e lá lá lá" e geralmente a resposta era: "Sim, sem problemas", mas eu lembro especificamente que teve na aula de

Libras, que o professor... eu não sabia me comunicar com ele, porque ele era surdo e mudo e aí eu escrevi pra ele pedindo e aí eventualmente em um trabalho que ele expôs no data show a divisão dos grupos, estava lá o nome civil sabe, então às vezes... aí o que eu vou pensar? "Será que não aconteceu essa comunicação? Ou será que o professor é transfóbico, mas como a gente já não se comunicava, pela minha ignorância também da letra de Libras e enfim... eu lembro que isso que me marcou muito uma vez. E por outro lado eu lembro de outra vez que em uma aula, nesse mesmo lance de... foram dividir os grupos e aí puxaram do sistema e aí vem o nome civil mesmo né, e daí o professor fez questão de ir lá na frente de todo mundo, apagou e colocou meu nome social; foi bacana, por exemplo. Então eu acho que isso depende muito do docente, sabe? Quando tu não tens o cadastro e tem que ir lá e falar.

Apesar dessas situações específicas apontarem para a necessidade de haver uma discussão mais profunda e contínua na Universidade, especialmente no que tange à formação continuada do corpo docente que a compõe, revela também o impacto positivo que certos dispositivos legais acabam por ter, ainda que eles de forma isolada não sejam suficientes para minar eventuais constrangimentos para esses sujeitos.

É relevante observar uma distinção significativa nas narrativas, longe de definir um padrão e muito menos de fazer uma diferenciação superficial delas, em Maria percebe-se uma ênfase que seu suporte está na politização do seu discurso e suas práticas na universidade, sua aproximação com o campo dos estudos de gênero. Ao passo que João fala que seu suporte está mais atrelado a questões mais subjetivas, terapêuticas e de aspectos relacionados à sociabilidade.

Um ponto fundamental observado nas narrativas é de que a principal estratégia destacada por eles foi a política de nome social, o que lhes garantiu reconhecimento institucional, nas salas de aula, diante dos colegas e professores. Dessa forma, o uso do nome social ganha destaque como a principal estratégia de permanência. Ainda que essa política seja considerada um modo de cidadania precária _à brasileira, como aponta Berenice Bento (2014)_ é um fator que garante a permanência de alunos e alunas trans* no ambiente de ensino.

Considerações finais

Além de demarcar um momento histórico, a trajetória de Maria e de João enunciam caminhos que tomam outros rumos a partir do reconhecimento e respeito à sua cidadania. Obviamente que essas trajetórias são marcadas por outros atravessadores como a passabilidade, termo utilizado para demarcar quando uma pessoa trans* já é totalmente reconhecida no gênero com o qual se identifica, o que pode ser grande facilitador no processo de reconhecimento.

Pesquisas como a de Almeida, Pilar e Gebrath (2014) mostram que diante das barreiras impostas pela normatividade e as estruturas normativas, as pessoas trans* evadem da escola. Muitas mulheres trans* encontram na prostituição um meio de sobreviver, por não terem ofertas, outras permanecem por posições políticas, como é o caso de Maria. Dessa forma vão se criando trajetórias que viram referências a novas trajetórias emergentes. Por isso é importante visibilizar tais discursos, uma vez que também possibilitam uma posituação das experiências trans* na universidade.

Reconhece-se, assim, a relevância das políticas de inclusão de pessoas trans*, com destaque neste momento para a questão do nome social, tendo em vista que o processo de continuidade dos estudos e do ingresso no ensino superior, ainda é um desafio para a maior parte dos jovens egressos do ensino médio, porém, no caso das pessoas trans* esta questão assume contornos particulares. Nesse sentido, cabe ressaltar a ambivalência dessa política de inclusão, chamada de nome social, ao passo que se percebe que políticas como essa expressam uma cidadania precária, como chama Berenice Bento (2014), em que a pessoa tem sua identidade reconhecida a partir de resoluções internas das instituições, porém isso não lhes garante qualquer reconhecimento ou direito a ser reconhecido fora da instituição, o que denota uma política de reconhecimento incompleta. Ao passo que também se percebe, apesar de precária, essa política tem sido a principal estratégia de permanência de pessoas trans* na instituição de ensino. Desta forma, o reconhecimento institucional da identidade desses sujeitos e sujeitas garante, em certa medida, que permaneçam no espaço de ensino sem que passem por situações de constrangimentos em relação à sua identidade de gênero.

Nossa proposta visou muito mais demarcar um momento histórico e social, definido pelo sucesso escolar de duas pessoas trans* na

universidade, do que a busca por generalizações que possam ser criadas a partir dessas narrativas e suas relações com o sistema de ensino. Não sem menor relevância, deve-se ter em mente que o processo de produção do “sucesso escolar”, especialmente no caso de sujeitos pertencentes a grupos nos quais esta possibilidade é objetivamente menos provável, é resultado de um vasto leque de relações de interdependência (LAHIRE, 1995), que neste caso inclui, sobretudo, mas não exclusivamente, os agentes propriamente vinculados às instituições universitárias, incluindo aí movimentos sociais e grupos de pesquisa que atuam neste espaço.

Ao passo que também é demarcado por um ponto de vista, o olhar localizado de quem escreve demarca sua própria construção de si. Este trabalho também se apresenta como uma tentativa de compartilhar algumas das situações presentes nas narrativas aqui abordadas, fazendo ver um lugar situado e bem marcado por certas definições sociais, que produzem um olhar que não está ao norte, nem no centro dos debates intelectuais que detêm certa relevância e que ainda não destinam necessária atenção a temas tão presentes na realidade social em que se vive.

Assim, o compartilhamento dessas narrativas e deste lugar também fala de destacar a necessidade de produção de conhecimento desde aqui, um lugar em que se produzem os debates científicos que apresentam relevância social e que se distancia de uma pretensa neutralidade científica, mas que ao mesmo tempo situa e posiciona saberes que merecem ser elucidados com a mesma importância que temas considerados mais “centrais”.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. PILAR, Andressa. GEBRATH, Zélia. As relações de trabalho como um aspecto da assistência a saúde de pessoas trans. In: COELHO, Maria Thereza; SAMPAIO, Liliana Lopes. (Org.). **TRANSEXUALIDADES** - um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 187-199.

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Editora Léa Carvalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos Feministas**. v.19, n. 2, p. 549-559, 2011.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n.1, jan-jun 2014, pp 165-182.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com história de vida dos professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

COULON, Alain. **A Condição de Estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRUZ, Franco Elizabete. Banheiros, Travestis, Relações de Gênero. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 21, p. 73-90, 2011.

DUBET, François. **Sociologie d'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cadernos Pagu**, s/v, n. 48, 1-34, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p.7-42, 1995.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. São Paulo: Ática, 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação do final dos anos 60 / início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em Aberto**, v. 9, n. 46, p. 49-58.

Recebido em: Agosto 2017

Aprovado em: Novembro 2017